

CPI relaciona 72 parlamentares, que agora terão direito a defesa

Integrantes da CPI dos Sanguessugas aprovam relatório parcial de Amir Lando que considera haver, contra 69 deputados e três senadores, provas ou indícios de envolvimento na venda superfaturada de ambulâncias. Acusados terão a chance de se defender

Fotos: Célio Azevedo



Lando (D), ao lado de Biscaia: "Chegamos até aqui com uma condição física e mental de extremo desgaste"



Senadores e deputados da CPI Mista acompanharam a discussão do relatório de 973 páginas



Para Tuma (E), corregedor do Senado, investigações continuarão "até que a quadrilha seja desmantelada"

Com a aprovação do relatório, caberá agora aos conselhos de Ética do Senado e da Câmara apurar as denúncias e decidir se a conduta do parlamentar feriu o decoro. Caso sejam condenados nessa instância, os parlamentares serão julgados pelo Plenário das respectivas Casas, podendo perder os mandatos. O senador Magno Malta e a senadora Serys Slherassenko se defenderam ontem, de forma veemente, em Plenário. Eles se queixaram do fato de as suas defesas não terem sido analisadas pela CPI. **Páginas 3 a 7**

Conclusões do relator

Esquema alcançou dezenas de parlamentares, a estrutura do governo federal e quase 600 prefeituras

Grupo criminoso agiu durante anos com o objetivo de se apropriar de recursos públicos em larga escala

Fraudes estão relacionadas às deficiências na elaboração, execução e fiscalização do Orçamento

Propostas da CPI

Ampliar o controle sobre as emendas parlamentares individuais, que poderiam até mesmo ser extintas

Impedir que entidades privadas recebam recursos orçamentários para compra de equipamentos

Proibir político punido, devido à malversação de verba pública, de se candidatar novamente

Iniciativa proposta por Rodolpho Tourinho pretende reduzir encargos trabalhistas para incentivar inclusão dos domésticos no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

Proposta dispensa empregador doméstico da multa do FGTS

O brasileiro que tiver empregado doméstico incluído no regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) poderá ser dispensado do pagamento de indenização quando o despedir sem justa causa, caso seja aprovado projeto do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). Ao reduzir os encargos trabalhistas desse empregador, o projeto (PLS 175/06) visa incentivar a multiplicação de tais empregos.

Referindo-se à Lei 10.298/03, que facultou aos empregados domésticos a inclusão no FGTS, Tourinho explicou que, até agora, essa mudança vem apresentando resultados insignificantes, sendo pouquíssimos os domésticos a receberem tal benefício. O senador



Tourinho: obrigatoriedade da indenização desestimula a inclusão no benefício

entende que uma das principais razões para a ineficácia da lei deve ser a obrigatoriedade de pagamento da indenização prevista na lei do FGTS (Lei 8.036/90).

“A perspectiva de ter que de-

sempensar uma quantia elevada na dispensa do empregado é suficiente para impedir que um empregador efetue a inclusão de seu contratado no FGTS. A dispensa do pagamento dessa indenização constitui incentivo adicional a essa inclusão”, diz ele, na justificativa do projeto.

Os parágrafos 1º e 2º do artigo 18 da lei do FGTS fixam que, na despedida sem justa causa, o empregador é obrigado a pagar ao empregado 40% do montante de todos os depósitos do FGTS. Quando a despedida ocorrer por culpa recíproca ou força maior, esse percentual será de 20%. Pelo PLS 175/06, esses dois parágrafos não se aplicam à despedida do empregado doméstico.

Valdir Raupp quer criminalizar videogames ofensivos aos costumes

Valdir Raupp (PMDB-RO) quer incluir entre os crimes resultantes de preconceitos a prática de fabricar, importar, distribuir, manter em depósito ou comercializar jogos de videogames ofensivos aos costumes, às tradições, cultos, credos, religiões e símbolos. O projeto (PLS 170/06), inspirado no entendimento de que muitos videogames veiculam idéias preconceituosas, aguarda decisão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Raupp explica que seu objetivo é proteger os direitos individuais,

caracterizando essas condutas discriminatórias como crime. A lei que ele pretende alterar (Lei 7.716/89) define os crimes resultantes do preconceito de raça ou de cor e pune aqueles relativos à religião, à procedência nacional e os de propaganda do nazismo.

Conforme o senador, o ato de divulgar videogame ofensivo aos costumes enquadra-se na tipificação dos delitos de preconceito. Fabricar, importar, distribuir ou divulgar jogos preconceituosos representam esse tipo de crime, embora fruto de outra realidade



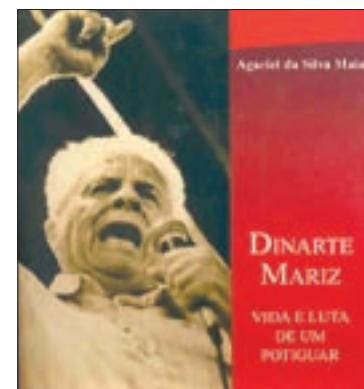
Raupp pretende alterar lei que define os crimes resultantes de preconceitos

– a do entretenimento com videogames que contêm, clara ou subliminarmente, caráter ofensivo às liberdades fundamentais. Para Raupp, a divulgação de *games* com mensagens preconceituosas é incompatível com a ordem constitucional e jurídica do país.

Senado lança na feira de Mossoró livro sobre a vida de Dinarte Mariz

O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, lança na noite de hoje, no estande da instituição, na 2ª Feira do Livro de Mossoró, o livro *Dinarte Mariz – vida e luta de um potiguar*. A obra busca resgatar a trajetória política de Dinarte Mariz desde sua primeira incursão na política potiguar como prefeito de Caicó, na década de 1930, até seus sucessivos mandatos como senador.

O livro inclui discursos que o parlamentar fez na tribuna do Senado, testemunhos de políticos e autoridades e o testamento de Dinarte Mariz. Entre as personalidades que opinaram sobre o ex-parlamentar estão os senadores José Sarney (PMDB-AP),



Obra contém testemunhos de políticos e autoridades sobre o ex-senador

Marco Maciel (PFL-PE), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), José Agripino (PFL-RN) e Ney Suassuna (PMDB-PB), além do ex-ministro Jarbas Passarinho.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não-deliberativa

A sessão, marcada para as 9h, é não-deliberativa, ou seja, destinada à leitura de expediente e a discursos dos senadores, sem votações. Para a semana que vem não estão previstas votações. Os trabalhos do Plenário podem ser acompanhados pelos cidadãos por meio da Rádio e da TV Senado.

Rádio discute indulto a presos

O programa *Conexão Senado*, que a Rádio Senado transmite às 12h desta segunda-feira, vai discutir a decisão judicial de liberar detentos para passarem o Dia dos Pais em liberdade, principalmente no estado de São Paulo. A decisão ganhou polêmica diante dos novos ataques à cidade, organizados por criminosos em presídios.

Fórum de Qualidade de Vida

Entre 28 e 30 de agosto está prevista a realização do II Fórum de Qualidade de Vida nas Instituições Públicas, voltados para servidores. As inscrições estão abertas. Mais informações pelos telefones (61) 3311-4267 e 3311-4269.

Feira do Livro

O Senado participa, até 13 de agosto, da Feira do Livro de Mossoró (RN). O estande da Casa busca apresentar suas publicações e incentivar o gosto pela leitura nas áreas política, legislativa e da história do Parlamento brasileiro.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papató Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 2º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

As sessões de ontem do Senado Federal foram presididas pelos senadores Renan Calheiros, Alvaro Dias, Marcos Guerra, Flávio Arns, Romeu Tuma e Paulo Octávio

CPI dos Sanguessugas

Com a aprovação do texto pela comissão de inquérito, os nomes de 69 deputados e três senadores foram enviados às Mesas da Câmara e do Senado, para encaminhamento aos respectivos conselhos de Ética, que julgarão se houve quebra de decoro

Relatório aponta envolvimento de 72 parlamentares

A CPI dos Sanguessugas aprovou ontem, com o voto contrário do senador Wellington Salgado (PMDB-MG) e a abstenção do senador Sibá Machado (PT-AC), relatório elaborado por Amir Lando (PMDB-RO) que envia às Mesas da Câmara e do Senado, para encaminhamento aos conselhos de Ética e Decoro Parlamentar, os nomes de 69 deputados e três senadores envolvidos nas denúncias sobre a máfia das ambulâncias. O relator considerou que há provas ou indícios suficientes contra esses parlamentares de prática de irregularidades no uso de recursos do Orçamento da União para a compra de ambulâncias com preços superfaturados. Os conselhos de Ética, agora, farão a devida apuração e adotarão as medidas de sua competência, em razão da conduta considerada incompatível com o decoro parlamentar, com fundamento no Regimento Interno das duas Casas. O relator deixou de encaminhar os nomes de outros 18 deputados e determinou o arquivamento das respectivas imputações, em virtude da inexistência de provas contra esses parlamentares. Caso sejam julgados e condenados pela maioria dos integrantes dos conselhos de Ética, os parlamentares serão julgados novamente pelo Plenário das respectivas Casas, onde a votação é secreta e a decisão depende de maioria absoluta.

Sistematização

Com 973 páginas – número que não inclui os documentos anexados –, o relatório conta, em seis capítulos, o início das investigações da Operação Sanguessuga, a atuação do Ministério Público e da Polícia Federal, o esquema de corrupção, a atuação da família Vedoin e o funcionamento da empresa Planam. Lando também relata o grau de participação do Executivo nas irregularidades, as licitações feitas pelas prefeituras e as ramificações do esquema em outros segmentos da administração pública. O relator sugere ainda medidas para coibir a corrupção com verbas do Orçamento, abordando amplamente as questões das emendas individuais de parlamentares, das emendas coletivas, dos repasses de verbas, da execução orçamentária e da fiscalização e do controle dos recursos. Trata ainda de convênios e propõe providências administrativas a serem adotadas pela comissão. A CPI, presidida pelo deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), foi instalada no dia 22 de junho. O empresário José Darci Vedoin e seu filho, Luiz Antônio, proprietários da Planam, são apontados como chefes da quadrilha que fraudava licitações. Outra envolvida é Maria da Penha Lino, ex-assessora do Ministério da Saúde.



Célio Azevedo

Relator Amir Lando (D) diz que depoimentos e provas revelam indícios de que grupo liderado pela Planam atuou em outros ministérios, além do da Saúde, e antes de 2001

“Esquema criminoso atuou em larga e profunda escala”

O esquema criminoso de apropriação dos recursos públicos, investigado pela CPI dos Sanguessugas, agiu durante vários anos “em larga e profusa escala”, controlou o Orçamento da União, municípios e organizações sociais de interesse público (Oscips) e dominou todo o fluxo de recursos federais destinados à execução de parcela substancial da política pública de saúde e de programas governamentais, como o de inclusão digital, do Ministério da Ciência e Tecnologia. É o que afirma o senador Amir Lando (PMDB-RO) em seu relatório – aprovado ontem pela CPI – no capítulo denominado “O tamanho do esquema”. Nas contas de Lando, segundo os dados da Controladoria Geral da União, o esquema envolveu quase 600 prefeituras e numerosas entidades privadas; manipulou quase um terço dos convênios vinculados às ambulâncias realizados pelo governo de 2000 a 2004 (cerca de 900 de um total de 3.048); e recebeu R\$ 80 milhões de dotações orçamentárias da Saúde.

Baseado em informações do Ministério Público, Lando disse que a organização criminosa monitorava permanentemente a formalização e a aprovação do Orçamento, notadamente as emendas apresentadas individualmente pelos parlamentares.

– Na etapa seguinte, agiam no sentido de controlar a execução dessas emendas, interferindo na liquidação de despesas e na prestação de contas dos convênios então formalizados entre União, municípios e Oscips. Também cuidavam da elaboração de projetos sem os quais não era possível a descentralização dos recursos públicos pelo Ministério da Saúde – afirmou.

Esse procedimento, observou Lando, somava-se ao direcionamento do processo licitatório, que era manipulado para possibilitar o superfaturamento a partir do qual os recursos seriam repartidos entre os participantes do esquema.

A empresa Planam, sediada em Cuiabá (MT), e dirigida por Darci e Luiz Antonio Vedoin, foi constituída em 1993 para prestar assessoria a municípios no interior do estado, mas, efetivamente, virou um escritório de *lobby*. Em 1998, segundo depoimento de Darci Vedoin na CPI, os sócios da Planam ficaram sabendo do repasse de verbas federais visando à aquisição de unidades móveis de saúde. A operação, observou o relator, começou timidamente, mediante acertos diretos com prefeitos dos municípios, ainda sem a participação de parlamentares, e cresceu com o passar do tempo.

Lando disse que o Ministério Público (MP) fez questão de mostrar o amplo domínio e o porte de atividades que a empresa Planam obteve no manejo dos recursos orçamentários. O relator transcreveu trechos de documento do MP que relatam que a Planam ampliou sua base de atuação de Mato Grosso para outros estados. Posteriormente, ao atuar com verbas federais, a Planam passou a controlar os gastos com a aquisição de veículos, equipamentos médicos e hospitalares e também começou a distribuir ilicitamente parte dessa verba arrecadada.

A empresa, segundo o documento, pas-

sou a atuar na apresentação de emendas junto à Comissão Mista de Orçamento, a fazer planos de trabalho e projetos técnicos para o Fundo Nacional de Saúde, a participar da assinatura de convênios, da liberação de recursos, da adjudicação do processo de licitação, da liquidação das despesas e da prestação de contas.

Mercado futuro de emendas

O MP conclui que “nenhuma etapa de tramitação do processo político ou burocrático fugia ao controle da organização criminosa, tendo esta um domínio permanente sobre todo o fluxo dos recursos federais na área da saúde”.

Com a evolução dos negócios ilícitos, houve até, segundo o relator, negociações no “mercado futuro de emendas”, basicamente ocorridas durante o período da campanha eleitoral de 2002, quando

parlamentares aceitavam o adiantamento sob promessa de, uma vez eleitos, apresentarem as emendas para aquisição de ambulâncias.

As propinas eram pagas em dinheiro e diretamente no gabinete dos parlamentares, segundo Lando, a um assessor ou diretamente nas mãos dos políticos.

Depósitos bancários foram mais raros. O relator afirmou que, com base nos depoimentos e provas coletadas, foi possível verificar que o esquema Planam não se restringe à venda de ambulâncias.

– Na verdade, há indícios de que o grupo atuou também em outros ministérios, e há evidências de que o início das atividades foi anterior ao ano de 2001 – ressaltou.

Relatório aprovado ontem revela esquema que recebeu R\$ 80 milhões de dotações orçamentárias da Saúde

CPI dos Sanguessugas

“Entramos agora na segunda etapa da CPI”, afirma o presidente da comissão, deputado Antonio Carlos Biscaia. Essa etapa vai priorizar a investigação do Executivo, podendo haver a convocação de ex-ministros da Saúde

Os nomes do relatório

Veja a lista dos 72 parlamentares contra os quais a CPI dos Sanguessugas reuniu provas consideradas suficientes de envolvimento com a máfia das ambulâncias e que poderão enfrentar processo de cassação por quebra de decoro parlamentar. O relator decidiu propor o arquivamento das denúncias contra 18 deputados, por não ter obtido provas necessárias para encaminhar seus nomes ao Conselho de Ética.

SENADORES

PL

Magno Malta (ES)

PMDB

Ney Suassuna (PB)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

DEPUTADOS

PL

Almeida de Jesus (CE)
 Amauri Gasques (SP)
 Carlos Nader (RJ)
 Coronel Alves (AP)
 Heleno Silva (SE)
 João Caldas (AL)
 Jorge Pinheiro (DF)
 Junior Betão (AC)
 Maurício Rabelo (TO)
 Paulo Gouvêa (RS)
 Raimundo Santos (PA)
 Reinaldo Betão (RJ)
 Reinaldo Gripp (RJ)
 Ricardo Rique (PB)
 Wanderval Santos (SP)
 Wellington Fagundes (MT)
 Wellington Roberto (PB)

PTB

Alceste Almeida (RR)
 Carlos Dunga (PB)
 Cleuber Carneiro (MG)
 Edir Oliveira (RS)
 Edna Macedo (SP)
 Eduardo Seabra (AP)
 Elaine Costa (RJ)
 Fernando Gonçalves (RJ)
 Iris Simões (PR)
 Jonival Lucas Junior (BA)
 José Militão (MG)
 Josué Bengston (PA)
 Neuton Lima (SP)
 Nilton Capixaba (RO)
 Osmânio Pereira (MG)
 Ricarte de Freitas (MT)

PP

Agnaldo Muniz (RO)
 Benedito Dias (AP)

Cleonânio Fonseca (SE)
 Enivaldo Ribeiro (PB)
 Érico Ribeiro (RS)
 Ildeu Araújo (SP)
 Irapuan Teixeira (SP)
 João Batista (SP)
 Lino Rossi (MT)
 Marcos Abramo (SP)
 Pedro Henry (MT)
 Reginaldo Germano (BA)
 Vanderlei Assis (SP)

PFL

Almir Moura (RJ)
 Celcita Pinheiro (MT)
 César Bandeira (MA)
 Coriolano Sales (BA)
 Laura Carneiro (RJ)
 Marcos de Jesus (PE)
 Robério Nunes (BA)

PMDB

Adelor Vieira (SC)
 Almerinda de Carvalho (RJ)
 Benjamin Maranhão (PB)
 Cabo Júlio (MG)
 João Correia (AC)
 João Magalhães (MG)
 Marcelino Fraga (ES)

PSB

Isaías Silvestre (MG)
 João Mendes de Jesus (RJ)
 Marcondes Gadelha (PB)
 Paulo Baltazar (RJ)

PRB

José Divino (RJ)
 Vieira Reis (RJ)

PSC

Pastor Amarildo (TO)

PSDB

Paulo Feijó (RJ)

PT

João Grandão (MS)

Cronograma até 22 de dezembro será decidido na terça-feira

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas marcou para terça-feira reunião administrativa que decidirá os passos a serem dados até 22 de dezembro, data regimentalmente prevista para o encerramento oficial de seus trabalhos.

Na mesma reunião, os integrantes da comissão vão decidir como será, na segunda fase dos trabalhos, a investigação da participação do Poder Executivo na chamada máfia das ambulâncias.

Alguns parlamentares defendem o início imediato dos trabalhos, mas outros afirmam não ser possível dar prosseguimento às apurações antes de outubro, mês das eleições, porque a maioria dos integrantes da comissão está em campanha nos seus estados.

Com a leitura do relatório feita ontem, a comissão encerrou a fase de investigações sobre o envolvimento dos parlamentares na elaboração de emendas ao Orçamento da União para beneficiar empresas ligadas ao



Biscaia diz que não vai abrir mão do prazo de 180 dias para funcionamento da CPI

esquema, entre elas a Planam, apontada como organizadora das fraudes.

A CPI dos Sanguessugas foi instalada no dia 22 de junho deste ano com o objetivo de investigar denúncias de irregularidades no uso de recursos do Orçamento da União para a compra, por municípios, de ambulâncias com preços superfaturados.

Mas já está comprovado que a quadrilha, que operava pelo menos desde 2002, não atuava

apenas no Ministério da Saúde, mas também em outras pastas do Poder Executivo, e que os recursos vinham do Orçamento da União e de verbas extra-orçamentárias.

Segundo o presidente da CPI, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), a comissão cumpriu o prazo acordado de 60 dias da data da instalação da comissão para apresentar o relatório sobre o envolvimento dos parlamentares. No entanto, Biscaia deixou claro que o prazo regimental para o funcionamento de uma comissão parlamentar de inquérito é de 180 dias e que não vai abrir mão desse período.

— Entramos agora numa segunda fase de investigações, que tem até o dia 22 de dezembro para concluir seus trabalhos — esclareceu Biscaia.

Na reunião desta terça, está prevista a votação de 50 requerimentos, alguns deles polêmicos, porque solicitam a convocação de ex-ministros da Saúde para prestar esclarecimentos.

Investigações passam aos conselhos de Ética

Os 72 congressistas citados no relatório da CPI dos Sanguessugas aprovado ontem serão julgados pelos respectivos conselhos de Ética e Decoro Parlamentar. Ao conselho da Câmara foram encaminhados os nomes de 69 deputados federais. Ao do Senado, os de três senadores: Magno Malta (PL-ES), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Serys Slhessarenko (PT-MT).

No Senado, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar tem como presidente João Alberto Souza (PMDB-MA). O vice-presidente é Demostenes Torres (PFL-GO). Além deles, integram esse colegiado, atualmente, outros 26 senadores. São 15 titulares, 12 suplentes e o corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP).

O bloco de oposição formado por PFL e PSDB possui a maior representação do conselho: seis titulares e seis suplentes. Em segundo lugar vem o PMDB, com quatro titulares e três suplentes. E em terceiro aparece o bloco de apoio ao governo (PT, PL e



João Alberto preside o conselho do Senado, que poderá julgar três parlamentares

PSB), com três titulares e uma suplência. PDT e PTB têm, cada um, um titular e um suplente.

Dois dos senadores a serem julgados fazem parte do Conselho de Ética: Ney Suassuna (PMDB-PB), como titular, e Serys Slhessarenko (PT-MT), como suplente.

Na Câmara

Na outra Casa do Congresso, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar tem como presidente Ricardo Izar (PTB-SP). O colegiado é formado atualmente por 29 deputados federais: 15



Ricardo Izar vai comandar os trabalhos de julgamento de 69 deputados federais

titulares, incluindo-se aí Ricardo Izar, e 14 suplentes.

O PT é o partido com o maior número de representantes no conselho: três titulares e três suplentes. Em seguida vêm PMDB, PP e PSDB — cada um desses partidos têm dois titulares e dois suplentes.

O bloco formado por PFL e Prona está representado por dois titulares e um suplente. Já PL, PPS e PTB possuem, cada, um titular e um suplente. O PSB tem um titular, enquanto o PV aparece com um suplente.

CPI dos Sanguessugas

Relatório aprovado pela comissão leva senadores incluídos na lista dos envolvidos de participar do esquema das ambulâncias a se defenderem novamente em Plenário. Falta de análise das defesas apresentadas foi a maior queixa de Serys e Malta

Virgílio pede aos eleitores que não votem nos acusados

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) comemorou a aprovação do relatório do senador Amir Lando (PMDB-RO) pela CPI dos Sanguessugas, que denunciou 72 parlamentares por envolvimento em irregularidades na compra de ambulâncias a preços superfaturados com verbas de emendas orçamentárias. Embora acredite não haver tempo hábil para eventuais cassações de mandato antes das eleições de outubro, uma vez que é preciso garantir aos acusados direito de ampla defesa perante os conselhos de Ética da Câmara e do Senado, Virgílio cobrou dos eleitores a responsabilidade de não votar nos "sanguessugas".

– Isso seria uma demonstração de maioria da população.

Apesar de considerar o dia de ontem "brilhante", o tucano observou que a CPI precisa cumprir outras etapas até dezembro, quando se encerram seus trabalhos. Assim, defendeu a apuração de um eventual envolvimento dos ex-ministros da Saúde Humberto Costa (PT) e Saraiva Felipe (PMDB) e disse não se preocupar com insinuações sobre supostas irregularidades no governo passado. "O importante é não

permitir "manobras diversionistas e focar em algo inédito: o fato de ter sido concertado a partir do núcleo do governo", disse, referindo-se ao esquema de superfaturamento na compra de ambulâncias.

Em aparte, Romeu Tuma (PFL-SP) questionou como seria possível uma quadrilha funcionar com um "braço só" – no caso, o Congresso. Virgílio registrou o fato de as acusações terem alcançado o ex-deputado tucano Paulo Feijó, que decidiu pedir desligamento do PSDB e desistir de concorrer às eleições.

Virgílio registrou ainda a realização, no próximo dia 29, da 10ª Conferência Latino-Americana de Zona Franca, em Manaus.



Virgílio comemora a aprovação do relatório sobre a primeira fase das investigações

José Jorge solicita que TCU investigue o programa de inclusão digital

Ao ter por base indícios de irregularidades levantados por integrantes da CPI dos Sanguessugas, José Jorge (PFL-PE) apresentou requerimento à Mesa do Senado em que solicita ao Tribunal de Contas da União investigação especial do programa de inclusão digital móvel, do Ministério da Ciência e Tecnologia. O senador ponderou que a Corregedoria Geral da União constatou a existência de ônibus comprados para o programa por R\$ 348 mil, preço, a seu ver, extremamente elevado. Os ônibus foram vendidos pela Planam, empresa acusada de participar do esquema de corrupção para a compra de ambulâncias.

Independentemente de possíveis irregularidades, José Jorge criticou o programa, por entender que ele tem pouca chance de realmente dar resultados. O senador opinou que cada veículo exige uma equipe completa de técnicos e um motorista, os quais raramente poderiam ficar parados em um local o tempo suficiente para que

as crianças aprendessem a usar os computadores.

– Melhor seria comprar os computadores e colocá-los em uma sala próxima das escolas ou favelas. Depois, aluga-se uma kombi e transfere-se os computadores para outro lugar, para ensinar novas turmas. Sairia muito mais barato – disse.

José Jorge solicitou ainda voto de pesar pela morte do maestro pernambucano Moacir Santos, de 80 anos, ocorrida no domingo, em Los Angeles (EUA).



José Jorge questiona as chances de aulas dadas em ônibus alcançarem resultados



Serys ressalta que Amir Lando admitiu não ter lido sua defesa

Serys vê interesses político-eleitorais na citação de seu nome

Ao discursar ontem em Plenário, a senadora Serys Ilhessarenko (PT-MT) atribuiu a interesses político-eleitorais o fato de ter sido citada no relatório parcial da CPI dos Sanguessugas. Serys disse ter ficado perplexa com a acusação de envolvimento com a chamada máfia das ambulâncias, negou ter qualquer tipo de participação no esquema e ressaltou que a comissão não tem provas contra ela nem contra seu genro, também acusado.

A senadora acusou dirigentes da Planam de inventarem denúncias contra ela, salientando que nenhuma foi comprovada. Lembrou ainda ter presidido comissão parlamentar de inquérito em Mato Grosso para investigar o narcotráfico e disse acreditar que pessoas atingidas pelas investigações poderiam estar por trás dessas acusações. Serys, que é candidata ao governo do estado, acrescentou que é usual aparecerem acusações contra ela em períodos pré-eleitorais.

– Nunca me verguei à bandidagem e nunca me vergarei – afirmou.

Serys Ilhessarenko assinalou que o relator da CPI, senador Amir Lando (PMDB-RO), admitiu não ter tido tempo de ler o relatório de defesa entregue por ela ao colegiado e à Corregedoria Parlamentar do Senado. A senadora considera que as explicações que prestou à CPI foram jogadas "na lata de lixo". A senadora informou que, na defesa que apresentou à comissão, incluiu dados relativos à quebra de seus sigilos bancário, telefônico e fiscal.

– A CPI não teve tempo, interesse nem responsabilidade de ouvir minha defesa. É uma tentativa de linchamento político, mas eu tenho coragem de sobra para encarar isso – observou.

A parlamentar, que classificou a CPI como "tribunal de exceção", frisou que o relatório "jogou todo mundo na vala comum", ressaltando que, entre os parlamentares citados, existem culpados e inocentes, e que a sociedade merece saber "quem é o joio e quem é o trigo".

Serys disse esperar que tanto a Corregedoria Parlamentar quanto o Conselho de Ética do Senado aprofundem as investigações rapidamente, comprovando sua inocência.

Os senadores Magno Malta (PL-ES), Ideli Salvatti (PT-SC), Sibá Machado (PT-AC) e Eduardo Suplicy (PT-SP) apartearam o pronunciamento e prestaram solidariedade à representante de Mato Grosso.



Malta manifesta indignação por ser incluído na lista por "ilação"

Magno Malta diz que irá processar relator da CPI

O senador Magno Malta (PL-ES) fez sua defesa, em Plenário, reiterando que é inocente das acusações a ele imputadas de participação na máfia das ambulâncias. Em seu pronunciamento de ontem, Malta foi veemente ao afirmar que não está incluído em nenhum dos três critérios adotados no relatório parcial da CPI dos Sanguessugas.

– Com todo respeito que tenho pelo relator [senador Amir Lando (PMDB-RO)], vou processá-lo criminalmente junto ao STF [Supremo Tribunal Federal] – disse Magno Malta, inconformado com a decisão de Lando de incluir seu nome na lista dos parlamentares.

Malta leu os critérios adotados – ter recebido dinheiro em conta ou na conta de assessores; ter, por ação ou omissão, permitido que assessor ou funcionário recebesse benefícios ou vantagens; utilizar servidores ou terceiros para recebimento em suas contas bancárias ou em espécie – para afirmar que não preenche nenhum deles. O senador insistiu que apenas utilizou a van que lhe fora emprestada pelo ex-deputado Lino Rossi, sem saber de sua origem.

– É preferível a morte a ter seu nome jogado na lama junto daqueles que roubaram o Orçamento – ressaltou, manifestando sua indignação por ver a presunção de culpa vir a público sem que sua defesa nem sequer fosse analisada e, conforme desabafou, ser incluído entre os culpados "por ilação".

Apartes

Além da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), elogiada por seus pares pela corajosa defesa dos que julgava inocentes durante reunião da comissão em que foi votado o relatório, diversos parlamentares se pronunciaram em defesa de Malta. Arthur Virgílio (PSDB-AM) sugeriu a apresentação de emenda ao relatório propondo a retirada do nome do senador.

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), concordou que a documentação de Lino Rossi servia como elemento comprobatório de sua inocência e que as defesas dos acusados deveriam ter sido anexadas ao documento. Sibá Machado (PT-AC) disse que pedirá ao presidente da Casa, Renan Calheiros, que analise a possibilidade de encaminhar o relatório à Corregedoria ou mesmo de volta à CPI para inclusão da defesa de Malta. Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que também solicitou a inclusão das defesas de Magno Malta e Serys Ilhessarenko (PT-MT) no relatório.

CPI dos Sanguessugas

Proposta do relatório aprovado pela comissão parlamentar de inquérito pretende evitar novos esquemas de corrupção alimentados com verbas federais. Colegiado defende regras mais severas para a apresentação e execução das emendas

Entidades privadas podem ser impedidas de receber repasses

A proposta de que entidades privadas fiquem impedidas de receber recursos orçamentários para construção, ampliação e compra de equipamentos é uma das sugestões do relatório da CPI dos Sanguessugas aprovado ontem. Seriam mantidos apenas os repasses a título de subvenção, que cobrem gastos de manutenção, já previstos em legislação complementar. O documento também propõe a proibição de repasses a entidades em que membros de qualquer dos Três Poderes, seus cônjuges, companheiros e parentes até terceiro grau, sejam ou tenham sido, até os últimos cinco anos, proprietários, controladores, diretores ou empregados.

Essa proposição é uma resposta à constatação, pela CPI, da presença e da influência de autoridades e de seus parentes em entidades que participaram de compras superfaturadas de ambulâncias.

O texto indica a necessidade de uma revisão completa na legislação sobre licitações públicas. Há ainda a proposta de que cargos estratégicos de órgãos públicos sejam ocupados, preferencialmente, por servidores do quadro permanente, visando reduzir a influência de interesses privados na gestão dos recursos. O relatório também sugere que as transferências voluntárias federais sejam condicionadas à aprovação da prestação de contas de convênio anterior com o mesmo beneficiário. Com o objetivo de aperfeiçoar o sistema de fiscalização e controle da aplicação dos recursos orçamentários, o texto indica que tanto os pagamentos quanto as informações relativas aos contratos e licitações feitos entre municípios e seus fornecedores, com base em recursos federais, sejam demonstrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do governo federal (Siafi), que seria aberto para consultas nas câmaras municipais, assembleias legislativas e entidades civis habilitadas.

A CPI propõe ainda a criação, no Congresso, de uma comissão mista para fiscalizar as contas do governo. Concentrado na Comissão Mista de Orçamento (CMO), esse comitê absorveria as funções das atuais comissões de fiscalização e controle da Câmara e do Senado. A Controladoria Geral da União também ficaria obrigada a enviar relatórios de suas atividades para a apreciação do Congresso.

Documento sugere extinção de emendas individuais ao Orçamento

O relatório da CPI dos Sanguessugas aprovado ontem sugere que seja ampliado o controle sobre as emendas individuais ao Orçamento da União, ou mesmo a extinção delas, para evitar novos esquemas de corrupção alimentados com verbas federais. Inseridas na peça orçamentária por senadores e deputados, com a finalidade de assegurar recursos para projetos em suas bases eleitorais, essas emendas foram utilizadas para abastecer o sistema de fraudes em licitações de compras de ambulâncias que motivou a abertura da comissão de inquérito.

As emendas individuais, segundo o relatório, poderiam ser mantidas desde que sob regras mais severas na apresentação e execução dos gastos, inclusive com a definição de modalidades de despesas (programações) que po-

deriam ser suprimidas. Haveria ainda regras para reduzir o grau de arbitrariedade na liberação das verbas que se originam dessas propostas. A essa arbitrariedade se atribuem em grande parte as distorções que favorecem as fraudes.

Na forma como hoje existe, conforme o relatório, a emenda individual “pode e é utilizada como instrumento de tráfico e barganha política”. Porém, há a ressalva de que as emendas coletivas – assinadas pelas bancadas dos estados ou comissões da Câmara e do Senado – também se prestam aos mesmos desvios. O texto observa que a Planam, empresa apontada como cabeça da chamada máfia das ambulâncias, operou com transferências de recursos das emendas coletivas e até com verbas da programação do próprio Ministério da Saúde.

Entre as recomendações, o rela-

tório sugere o exame da adequação entre os valores das emendas aos custos do empreendimento e às metas pretendidas, com isso evitando a abertura de “janelas orçamentárias” para gastos genéricos ou superdimensionamento da dotação.

No extremo, o relatório propõe limites para as transferências de recursos – às prefeituras ou entidade beneficiadas – de forma compatível com o gasto proposto. Para justificar essa sugestão, foi citado trecho do depoimento do sócio da Planam, Luiz Antonio Vedoin, em que ele justifica por que deixou de atuar na intermediação de ônibus escolares e passou a trabalhar com veículos de transportes de doentes. Segundo Vedoin, o antigo “negócio” deixou de ser rentável a partir da fixação de um limite de repasse para a compra de cada ônibus, de R\$ 35 mil por unidade zero quilômetro.



CPI dos Sanguessugas, que teve seu relatório parcial aprovado ontem, utilizou informações apuradas pela Polícia Federal e pela Justiça

Proposta garante julgamento de reeleitos

O vice-presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Demostenes Torres (PFL-GO), anunciou a apresentação de proposta de emenda à Constituição (PEC) para garantir que parlamentares que forem reeleitos, apesar de denunciados por envolvimento em atos ilícitos, possam ser julgados na legislatura seguinte. A comunicação foi feita por Demostenes logo após a reunião da CPI dos Sanguessugas que aprovou o relatório de Amir Lando (PMDB-RO).

O senador informou que, conforme a legislação vigente, apenas há um entendimento de que isso seja possível, mas, na prática, a possibilidade de julgar os parla-

mentares reeleitos não é exercida. Demostenes pretende acrescentar o parágrafo 5º ao artigo 55 da Constituição para inserir no texto constitucional jurisprudência do Supremo Tribunal Federal segundo a qual é possível instaurar e julgar processo que vise ou possa levar à perda de mandato de parlamentar reeleito ou eleito para a outra Casa do Congresso, mesmo por fatos anteriores à legislatura em curso.

– Com essa emenda, o parlamentar que não perder o mandato porque não houve tempo para julgá-lo ou mesmo aquele que renunciar para não ser julgado pode ser julgado na legislatura seguinte e perder

seu mandato – explicou.

Voto aberto

Demostenes também salientou que defende a proibição do voto secreto no Congresso. Na avaliação do senador, o voto aberto pode evitar que parlamentares cujo envolvimento em corrupção ainda não tenha sido descoberto votem em apoio a quem já foi acusado.

– Votar em aberto é a grande solução que nós temos porque a impressão é que muitos que não foram descobertos acabam votando com aqueles que já foram apanhados. Isso faz com que haja espírito de corpo e muitos não são cassados, formando-se uma grande pizza – afirmou.

Maior rigidez para a Lei das Inelegibilidades

O relatório parcial da CPI dos Sanguessugas inclui proposta para impedir que políticos punidos pelos tribunais de contas por malversação de recursos públicos possam ser novamente candidatos por meio da interposição de recursos para que a decisão seja apreciada pela Justiça.

Hoje, pela Lei das Inelegibilidades (Lei Complementar 64/90), os candidatos que tiveram suas contas rejeitadas ficam sem direito de concorrer nas eleições que se realizarem nos cinco anos seguintes. No entanto, esse dispositivo perde o efeito se houver recursos judiciais pendentes de decisão final.

Com a alteração, sugerida pela CPI de acordo com proposta originalmente elaborada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a lei vai determinar que a suspensão da inelegibilidade somente ocorra se já tiver sido dada sentença expressa do Poder Judiciário revertendo o resultado do julgamento dos tribunais de contas. Se as mudanças forem efetivadas, os gestores públicos punidos com sanção pecuniária por atos que geraram prejuízos ao erário também ficam inelegíveis – e não somente aqueles condenados em julgamento de contas. Há mudanças para impedir ainda candidaturas de particulares que, em negócios com a administração pública, tenham cometido ou contribuído para as irregularidades apuradas e julgadas nos tribunais de contas.

CPI dos Sanguessugas

Sibá Machado e Wellington Salgado discordam da estratégia adotada para inclusão de nomes no relatório. Corregedor do Senado, Romeu Tuma acredita na continuidade das investigações e Demostenes informa que o Conselho de Ética aguarda decisão da Mesa

Texto é aprovado com um voto contrário e uma abstenção

O relatório da CPI dos Sanguessugas, votado ontem, não foi aprovado por unanimidade. Dos 36 presentes à reunião, houve 1 abstenção, do senador Sibá Machado (PT-AC), e 1 voto contrário, do senador Wellington Salgado (PMDB-MG). Para agilizar a leitura e a votação do texto, vários parlamentares inscritos para falar abriram mão desse direito.

Wellington alegou que houve falha nos trabalhos da CPI, por não ter sido assegurado o direito de defesa aos acusados.

– As provas jogam todos num mesmo saco. Aqui, todos foram condenados politicamente e, embora os conselhos de Ética devam inocentar alguns, isso não acontecerá até o dia 2 de outubro [data das eleições]. Aqui [no relatório] tem inocente condenado e, que por isso, não vai ganhar a eleição, e tem condenado que vai ganhar a eleição – desabafou Wellington.

Já o senador Sibá alegou que a CPI poderia ter trabalhado com um terceiro grupo de parlamentares, em vez de somente dois (acusados e inocentados). Ele lembrou que alguns membros da comissão haviam anunciado anteriormente que haveria esse terceiro grupo, formado por parlamentares contra os quais não havia provas concretas, mas indícios graves de participação na máfia das ambulâncias.

Para o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), a lista dos parlamentares que comprovadamente participaram da máfia das ambu-

Inocentes sofrerão desgaste político e podem não ser eleitos, diz Wellington

O senador Wellington Salgado (PMDB-MG) disse ter votado contra o relatório de Amir Lando (PMDB-RO) sobre as investigações da CPI dos Sanguessugas, apresentado ontem, por discordar da inclusão, no documento, de nomes de parlamentares inocentes.

Para o senador, mesmo que sejam considerados inocentes e declarados como tal pelos conselhos de Ética da Casa a que pertencem, os parlamentares sofrerão desgaste político e poderão não ser eleitos em 2 de outubro. Ele acrescentou que o Conselho de Ética poderá tomar uma decisão a respeito até mesmo depois das eleições, o que prejudi-



Sibá se absteve de votar alegando divergência quanto à forma de identificar os envolvidos

lâncias tem que ficar na memória dos brasileiros, principalmente no dia das eleições.

– Ou expelimos do Congresso essas figuras que não se portam com dignidade, ou teremos que conviver com isso. A sociedade exige que apontemos os culpados sem nenhum constrangimento, assim como inocentemos os não-culpados – declarou.

Justiça

Para o vice-presidente da CPI, deputado Raul Jungmann (PPS-PE), essa comissão de inquérito trouxe ao Congresso a esperança de que se faça justiça e um sentimento de resgate da imagem do Parlamento brasileiro. O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), um dos sub-relatores da CPI, disse que está enganado quem acha que o Congresso é “um balcão de negócios”.

Na opinião da deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), também

sub-relatora da comissão, essa tem sido uma das CPIs mais difíceis entre todas as já instaladas no Congresso, pois envolve quase cem parlamentares. Uma das responsáveis pela elaboração de propostas para evitar a má utilização dos recursos do Orçamento da União, a deputada afirmou que seu trabalho ainda não está concluído e deverá ser apresentado na segunda fase de investigações da CPI.

– Estamos abertos a sugestões e propostas de medidas importantes e que devem ser implantadas imediatamente – explicou a deputada.

Expectativa

A reunião da CPI dos Sanguessugas foi aberta ontem sem o relatório do senador Amir Lando (PMDB-RO), devido a um atraso de impressão. Enquanto aguardava o texto, o presidente da comissão, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), deu a palavra aos membros do colegiado.

Quando o relatório foi entregue aos parlamentares, a imprensa, que não teve acesso ao documento impresso, mas apenas a disquetes com o conteúdo, apressava-se a pedir emprestado cópias para ir direto às quatro últimas páginas onde constava o que todos queriam saber: dos 90 congressistas citados, 72 teriam seus nomes encaminhados às Mesas das duas Casas, com o respectivo pedido de instauração de processo disciplinar, e apenas 18 seriam inocentados.



Wellington Salgado votou contra o relatório da comissão parlamentar de inquérito

– Ele não apresentou emenda, não levou dinheiro do Vedoim, mas colocaram o homem no meio desta confusão. A gente não pode, simplesmente, colocar os parlamentares numa lista negra que foi entregue hoje à imprensa – afirmou.



Tuma, corregedor do Senado, acredita que novas diligências serão realizadas

Corregedoria deve aprofundar investigações

As Mesas do Senado e da Câmara deverão recomendar às respectivas corregedorias o aprofundamento das investigações. A previsão é do corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP). Ele informou que novas diligências deverão ser realizadas.

– A CPI dos Sanguessugas não concluiu os seus traba-

lhos com a apresentação do relatório parcial. As investigações irão se prolongar até que a estrutura da quadrilha, que está ramificada no Poder Executivo, seja desmantelada – salientou Tuma, ao defender também voto aberto, e não secreto, nas sessões do Senado e da Câmara dos Deputados, que tratam de cassação de mandatos.

Em entrevista à imprensa, Tuma disse ontem acreditar que a Mesa do Senado deverá aceitar a decisão da comissão parlamentar de inquérito que recomenda o encaminhamento, para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, dos nomes de três senadores sobre os quais há indícios ou provas de envolvimento na chamada máfia das ambulâncias, para a imediata abertura de processo de quebra de decoro parlamentar.

Ele acredita que tanto a Mesa do Senado quanto a da Câmara irão acelerar o processo que, observou, poderá resultar em cassação de mandatos.

Demostenes: Conselho aguarda decisão da Mesa

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar aguarda deliberação da Mesa do Senado para começar a trabalhar de imediato na análise de medidas regimentais que podem levar à abertura de processos contra os senadores Magno Malta (PL-ES), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Serys Slhessarenko (PT-MT). No relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas, que investiga a máfia das ambulâncias, foi sugerido o envio de seus nomes ao conselho por conduta incompatível com o decoro parlamentar.

A informação foi dada ontem à Agência Senado pelo vice-presidente do Conselho de Ética, senador Demostenes Torres (PFL-GO). De acordo com o parlamentar, tão logo a Mesa sinalize com os procedimentos a serem adotados, incluindo possível abertura de processo para perda de mandato, o colegiado “estará pronto para



Demostenes Torres é vice-presidente do Conselho de Ética

iniciar os trabalhos”.

O Conselho de Ética é composto por 15 senadores e tem como presidente o senador João Alberto Souza (PMDB-MA). Um dos integrantes é o próprio Suassuna, que deverá ser afastado do colegiado.

De acordo com Demostenes, os trabalhos não sofrerão atrasos.

– Se a Mesa do Senado der um rápido encaminhamento, estamos aí para trabalhar, apesar de o Senado estar em recesso branco até as eleições e a maioria dos integrantes do conselho estar em campanha nos seus respectivos estados, como eu, que sou candidato ao governo de Goiás – concluiu.



Segundo Ideli, a reforma política poderá acabar com focos de corrupção no país

Ideli quer rapidez em processos contra corruptos

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) defendeu ontem a adoção de medidas que acelerem o processo judicial nos casos de crimes contra a administração pública ou crimes de corrupção, os chamados crimes do colarinho branco. De acordo com a senadora, por tramitar sob o rito ordinário, esse tipo de crime desfruta de um processo judicial tão longo, com a possibilidade da interposição de inúmeros recursos, que a impunidade é quase uma certeza. Ela assinalou que essa mudança é a base que garantiria o sucesso de uma reforma política.

– A reforma política é emergencial para acabar com focos de corrupção, mas não vejo como possa surtir efeito se não eliminarmos a estrutura que permite a continuidade da corrupção. O corrupto deve ser rapidamente julgado e punido – ressaltou.

Ideli afirmou que a ausência de ética da política não é um problema exclusivo de parlamentares, mas “está implantado no seio da cultura da sociedade brasileira”.

Eficiência

A senadora também elogiou o trabalho da Controladoria Geral da União (CGU) e da Polícia Federal (PF) no período do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Ela declarou ser inegável a mudança quando se compara o trabalho da PF hoje com o realizado no governo anterior e apresentou um resumo das operações feitas entre os anos de 2003 e 2005.

– Há uma diferença, uma determinação política, uma espécie de ordem de governo para investigar do a quem doer, de maneira republicana, responsável e profissional – frisou.

Sibá Machado (PT-AC) concordou com Ideli e disse que a PF merece aplauso. Já Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que, se o presidente da República conclamar a opinião pública para pressionar os deputados, é possível votar a reforma política aprovada pelo Senado.

Senadores avaliam situação econômica do país. Enquanto Batista Motta vê pontos negativos nos superávits e no sistema tributário, Suplicy aponta evolução nos indicadores

Batista Motta critica pauta de exportações brasileira

João Batista Motta (PSDB-ES) criticou a composição da pauta de exportações brasileira. Ele reclamou do fato de os superávits comerciais do Brasil serem fortemente dependentes da exportação de produtos *in natura*, como minérios e carnes. Condenou também a concessão de isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para grandes empresas exportadoras de produtos primários.

– O superávit brasileiro é em cima da exportação do minério de ferro *in natura*, das placas de aço e da celulose também em placas. Não é exportação de papel, não. Estamos entregando nossos produtos naturais e fazendo superávit na balança de pagamentos – disse.

No mesmo discurso, defendendo a adoção do sistema parlamentarista no país como forma de diminuir a corrupção



Batista Motta considera desigual o tratamento dado aos acusados de movimentações financeiras ilícitas

na administração pública, Batista Motta considerou desigual o tratamento dado pela Polícia Federal a membros do governo acusados de movimentar recursos ilícitos por meio do Banco Rural, instituição financeira pela qual eram feitos os repasses a

parlamentares pelo empresário Marcos Valério, dentro do esquema chamado valerioduto.

– A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) falou da Polícia Federal, que está apurando crimes, mas eu queria que ela falasse dos R\$ 50 milhões do Banco Rural – afirmou.

Batista Motta criticou ainda o sistema tributário brasileiro, as péssimas condições das rodovias e o excesso de burocracia que dificultam as transações comerciais. Ele

defendeu a cobrança de impostos de maneira “invisível”, ou seja, sem a discriminação de valores nas notas fiscais.

Em aparte, José Jorge (PFL-PE) e Antônio João (PTB-MS) manifestaram seu apoio ao pronunciamento de Batista Motta.

Suplicy: economia apresenta resultados positivos

Uma análise da situação econômica e das políticas adotadas no governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi apresentada ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Ele afirmou que até os críticos mais rigorosos do governo reconhecem que houve acertos e que vários indicadores macroeconômicos apontam para uma evolução positiva.

Suplicy reportou-se ao cenário de 2002/2003 para lembrar que, naquele período, o risco-país do Brasil chegou a 2.436 pontos, contra apenas 208 pontos registrados na quarta-feira, “patamar nunca antes registrado”, conforme frisou.

O senador também citou números da inflação de 2002 a 2006, enfatizando que os índices vêm decrescendo gradativamente.

– Em 2003, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) registrou



Suplicy também avalia favoravelmente as políticas adotadas pelo governo federal

uma inflação de 14,7%. Já nos últimos 12 meses contados até junho, o IPC registrou uma taxa acumulada de 4%, um índice menor que o dos Estados Unidos, que no mesmo período atingiu 4,3% - assinalou.

Suplicy ainda apresentou números das contas externas para ilustrar sua opinião a respeito da

saúde econômico-financeira do Brasil sob o governo Lula. Conforme esses dados, mesmo com o declínio das exportações desde 2005, em função da queda do dólar frente ao real, o país continua a registrar superávits comerciais expressivos em 2006.

– Até julho, tivemos um superávit da balança comercial de US\$ 45,2 bilhões em doze meses – comemorou.

No campo social, Suplicy afirmou que os avanços não foram suficientes, ressaltando, porém, que o nível de emprego aumentou, tendo o emprego formal crescido mais que o informal, “embora a economia tenha crescido num ritmo lento”.

O senador destacou ainda o aumento do alcance do Programa Bolsa-Família e sua importância para a melhoria de renda da população.



Maciel destaca a qualidade e a relevância da obra Reforma Política no Brasil

Maciel elogia livro produzido em parceria entre Pnud e UFMG

Marco Maciel (PFL-PE) registrou em Plenário o lançamento do livro *Reforma Política no Brasil*, resultado de uma parceria entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

O senador explicou que o livro é dividido em três partes, sendo a primeira uma exposição sobre as formas de representação na América Latina. A segunda parte é constituída de 31 verbetes sobre diferentes aspectos da reforma política, e a terceira aborda as perspectivas do presidencialismo de coalizão no Brasil.

Maciel destacou o texto de Kim Bolduc, representante do Pnud para América Latina e Brasil, o qual afirma que o país, uma das maiores democracias do mundo e também o segundo maior colégio eleitoral, estaria “enfrentando desafios com coragem e determinação”. Bolduc acrescenta, conforme Marco Maciel, que a democracia auxilia países maiores com renda média e muitas desigualdades, como o Brasil.

Relevância

O parlamentar elogiou a escolha da reforma política como tema pelo Pnud e pela UFMG que, na obra, deram voz à comunidade acadêmica. Citou, entre os participantes da obra, os professores Fátima Anastazia, Antônio Otávio Cintra, Jaime Nicolau, David Fleischer, Maria Tavares de Almeida, Gláucio Soares, Paulo Calmon e Fabiano Santos.

Maciel ressaltou as considerações feitas pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, durante o lançamento do livro. O senador por Pernambuco acrescentou que, a seu ver, a reforma política só estará completa com a reforma profunda do sistema eleitoral e o retorno a uma república federativa nas verdadeiras acepções das duas palavras.

– Que o eleitor vote no partido e nas propostas e não no candidato – propôs Maciel.

Conheça o Senado Federal.
Você também vai se encantar.

2ª a 6ª feira
Manhã - 9h30 10h30 11h30
Tarde - 14h30 15h30 16h30

Sábados, domingos e feriados
10h 11h 12h 13h 14h

www.senado.gov.br

Visite o Senado